

ESCRITURA PARTICULAR DA 5ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE
QUIROGRAFÁRIA, DE EMISSÃO DA
ALL - AMÉRICA LATINA LOGÍSTICA S.A.

Pelo presente instrumento particular:

- i. **ALL - AMÉRICA LATINA LOGÍSTICA S.A.**, sociedade por ações de capital aberto, com sede na Rua Emílio Bertolini, 100, sala 1, Vila Oficinas, na Cidade de Curitiba, Estado do Paraná, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 02.387.241/0001-60, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social (doravante denominada "Emissora");
- ii. **Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.**, com sede na Av. das Américas, 500, Bloco 13, Grupo 205, Rio de Janeiro, RJ, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 36.113.876/0001-91, representando a comunidade de debenturistas adquirentes das debêntures objeto da presente emissão, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social (doravante denominado "Agente Fiduciário"); e

na qualidade de intervenientes prestadoras de garantia fidejussória (doravante denominadas "Intervenientes Garantidoras");

- i. **ALL - AMÉRICA LATINA LOGÍSTICA DO BRASIL S.A.**, sociedade por ações, com sede na Rua Emílio Bertolini, 100, sala 2, Vila Oficinas, na Cidade de Curitiba, Estado do Paraná, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 01.258.944/0001-26, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social;
- ii. **ALL - AMÉRICA LATINA LOGÍSTICA INTERMODAL S.A.**, sociedade por ações, com sede na Rua Emílio Bertolini, 100 - parte, Vila Oficinas, na Cidade de Curitiba, Estado do Paraná, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 03.172.874/0001-14, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social;

vêm, por esta e na melhor forma de direito, firmar a presente ESCRITURA PARTICULAR DA 5ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, DE EMISSÃO DA ALL - AMÉRICA LATINA LOGÍSTICA S.A. (doravante denominada "Escritura"), observadas as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA I - DA AUTORIZAÇÃO

A Escritura é firmada com base na autorização deliberada pela Reunião do Conselho de Administração da Emissora realizada em 02 de setembro de 2005 ("RCA").

CLÁUSULA II - DOS REQUISITOS

A 5ª emissão de debêntures da Emissora ("Debêntures"), sendo a quarta emissão pública da Emissora (doravante denominada "Emissão"), será feita com a observância dos seguintes requisitos:

2.1. Arquivamento e Publicação da Deliberação

A ata da RCA que deliberou sobre a Emissão, assim como da ata de Reunião do Conselho de Administração a ser realizada para fins de ratificação do *spread* a ser definido durante o procedimento de *bookbuilding* referido no item 3.8.1. abaixo, serão arquivadas na Junta Comercial do Paraná e publicadas no Diário Oficial do Estado do Paraná, no Jornal da Indústria e do Comércio, de Curitiba, e no Valor Econômico - Edição Nacional, de São Paulo.

2.2. Inscrição da Escritura

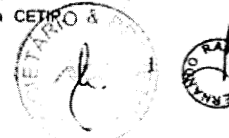
A Escritura e seus eventuais aditamentos serão registrados na Junta Comercial do Estado do Paraná.

2.3. Registro na Comissão de Valores Mobiliários

A Emissão será registrada na Comissão de Valores Mobiliários (doravante denominada "CVM"), na forma das Leis nºs 6.385, de 7/12/76, 6.404, de 15/12/76 e demais disposições legais e regulamentares pertinentes.

2.4. Registro para negociação das Debêntures

2.4.1. As Debêntures serão registradas para distribuição no mercado primário no (i) Sistema de Distribuição de Títulos ("SDT"), administrado pela Associação Nacional das Instituições do Mercado Financeiro ("ANDIMA") e operacionalizado pela CETIP - Câmara de Custódia e Liquidação ("CETIP"), sendo a integralização das Debêntures liquidada pela CETIP.



2.4.2. As Debêntures serão registradas para negociação no mercado secundário (i) no Sistema Nacional de Debêntures ("SND"), administrado pela ANDIMA e operacionalizado pela CETIP, sendo os negócios liquidados e as Debêntures custodiadas na CETIP e (ii) no Sistema Bovespa Fix ("Bovespa Fix"), administrado pela Bolsa de Valores de São Paulo ("Bovespa"), sendo os negócios liquidados e as Debêntures custodiadas na Companhia Brasileira de Liquidação e Custódia ("CBLC").

2.5. Registro da Emissão na ANBID

A Emissão será registrada na Associação Nacional dos Bancos de Investimento - ANBID ("ANBID"), em atendimento ao Código de Auto-Regulação para as Operações de Colocação e Distribuição de Valores Mobiliários no Brasil ("Código ANBID").

CLÁUSULA III - DAS CARACTERÍSTICAS DAS DEBÊNTURES

As Debêntures da Emissão terão as seguintes características e condições:

3.1. Valor da Emissão

3.1.1. O valor da Emissão será de R\$200.000.000,00 (duzentos milhões de reais), na Data de Emissão (conforme abaixo definida).

3.1.2. De acordo com as condições de mercado e da demanda, pelos investidores, para aquisição das Debêntures, à época da realização da colocação das Debêntures, a Emissão (i) poderá ser aumentada por lote suplementar, a critério dos coordenadores da distribuição pública das Debêntures ("Coordenadores"), equivalente a até 15% (quinze por cento) do valor total da Emissão, na Data de Emissão ("Lote Suplementar") e/ou (ii) poderá ser aumentada, a exclusivo critério da Emissora, em montante que corresponda a, no máximo, 20% (vinte por cento) do valor total da Emissão, na Data de Emissão ("Quantidade Adicional"). Quaisquer Debêntures objeto de Lote Suplementar e/ou Quantidade Adicional serão colocadas observados os procedimentos aplicáveis às demais Debêntures objeto da Emissão, exceto pelo fato de que tais Debêntures serão objeto de colocação sob o regime de melhores esforços.

3.1.3. Caso o Lote Suplementar e/ou a Quantidade Adicional sejam utilizados, essa Escritura será aditada de forma a refletir o montante final da Emissão.

3.2. Valor Nominal Unitário

O valor nominal unitário das Debêntures será de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) na Data de Emissão ("Valor Nominal Unitário").

3.3. Quantidade de Debêntures e Número de Séries

A Emissão será realizada em série única, constituída de 20.000 (vinte mil) Debêntures. Caso a opção do Lote Suplementar e/ou da Quantidade Adicional seja utilizada, a Emissão terá uma quantidade adicional de Debêntures, na proporção do exercício do Lote Suplementar e/ou da Quantidade Adicional.

3.4. Forma e Conversibilidade

As Debêntures terão forma nominativa, escritural e não serão conversíveis em ações. Não serão emitidos certificados. Para todos os fins de direito, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato da conta de depósito emitido pelo Banco Itaú S.A., responsável pela escrituração das Debêntures. Adicionalmente, para as Debêntures custodiadas na CETIP, será expedido por esta o "Relatório de Posição de Ativos", acompanhado de extrato em nome do titular da Debênture, emitido pela instituição financeira responsável pela custódia das Debêntures e, para as Debêntures custodiadas na CBLC será expedido, por esta, relatório indicando a titularidade das Debêntures que estiverem custodiadas na CBLC.

3.5. Espécie

As Debêntures serão da espécie quirografária, com garantia fidejussória adicional das Intervenientes Anuentes.

3.6. Data de Emissão

Para todos os efeitos legais, a data de emissão das Debêntures será o dia 1º de setembro de 2005 ("Data de Emissão").



3.7. Data de Vencimento

Para todos os efeitos legais, a data de vencimento das Debêntures será o dia 1º de setembro de 2012, data em que será pago o valor integral do Valor Nominal Unitário das Debêntures juntamente com o valor da Remuneração (conforme abaixo definido) eventualmente devida, em moeda corrente, nos termos desta Escritura.

3.8. Remuneração

3.8.1. As Debêntures farão jus a uma remuneração que contemplará juros remuneratórios, a partir da Data de Emissão, incidentes sobre seu Valor Nominal Unitário e estabelecidos com base na taxa média dos Depósitos Interfinanceiros DI de um dia, "over extra grupo", expressa na forma percentual ao ano, base 252 dias, calculada e divulgada pela CETIP, no Informativo Diário, disponível em sua página na Internet (<http://www.cetip.com.br>) e no jornal "Gazeta Mercantil - Edição Nacional", ou, na falta deste, em outro jornal de grande circulação (a "Taxa DI"), acrescida exponencialmente, de *spread* a ser definido em procedimento de *bookbuilding* a ser realizado pelos Coordenadores em conjunto com a Emissora (o "Acréscimo sobre a Taxa DI", sendo a Taxa DI e o Acréscimo sobre a Taxa DI, em conjunto, referidos como a "Remuneração"). A Remuneração será calculada de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis*, por dias úteis decorridos, incidentes sobre o Valor Nominal Unitário das Debêntures desde a Data de Emissão, ou da data de vencimento do último Período de Capitalização (conforme definido abaixo), conforme o caso, até a data do seu efetivo pagamento, de acordo com a fórmula abaixo:

$$J = \{VNe \times [(FatorDI \times FatorSpread) - 1]\},$$

onde:

J = valor dos juros devidos no final de cada Período de Capitalização (conforme definido abaixo), calculado com 6 (seis) casas decimais sem arredondamento;

VNe = Valor Nominal Unitário para o Primeiro Período de Capitalização, ou saldo do Valor Nominal Unitário não amortizado no caso dos demais Períodos de Capitalização, informado/calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento;

Fator DI = produto das Taxas DI Over (TDI_k), na data de início de capitalização, inclusive, até a data de cálculo, exclusive, calculado com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma;

$$FatorDI = \prod_{k=1}^{n_{DI}} [1 + (TDI_k)],$$

onde:

n_{DI} = número total de Taxas DI, sendo "n_{DI}" um número inteiro;

TDI_k = Taxa DI, expressa ao dia, calculada com 8 (oito) casas decimais com arredondamento;

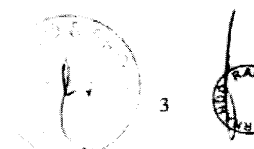
$$TDI_k = \left(\frac{DI_k}{100} + 1 \right)^{\frac{dk}{252}} - 1,$$

onde: k = 1, 2, ..., n

DI_k = Taxa DI divulgada pela CETIP, utilizada com 2 (duas) casas decimais;

dk = número de dia(s) útil(ais) correspondentes ao prazo de validade da Taxa DI, sendo "dk" um número inteiro;

FatorSpread = Sobretaxa de juros fixos calculada com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, calculado conforme fórmula abaixo:



$$FatorSpread = \left\{ \left[\left(\frac{spread}{100} + 1 \right)^{\frac{DP}{DT}} \right]^N \right\}$$

onde:

spread = até 1,3, a ser definido em *bookbuilding*, na forma percentual ao ano, com 4 (quatro) casas decimais;

N = 252;

n = número de dias úteis entre a data do próximo evento e a data do evento anterior, ou a Data de

Emissão, no caso do primeiro Período de Capitalização, sendo "n" um número inteiro;

DT = número de dias úteis entre o último e o próximo evento, sendo "DT" um número inteiro;

DP = número de dias úteis entre o último evento e a data atual, sendo "DP" um número inteiro.

Observações:

- 1ª) O fator resultante da expressão $(1 + TDI_n)$ é considerado com 16 (dezesesseis) casas decimais, sem arredondamento.
- 2ª) Efetua-se o produtório dos fatores diários $(1 + TDI_n)$, sendo que a cada fator diário acumulado, trunca-se o resultado com 16 (dezesesseis) casas decimais, aplicando-se o próximo fator diário, e assim por diante até o último considerado.
- 3ª) Uma vez os fatores estando acumulados, considera-se o fator resultante "Fator DI" com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento.
- 4ª) O fator resultante da expressão $(FatorDI \times FatorSpread)$ é considerado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento.

3.8.2. A Remuneração será devida semestralmente, nas datas definidas abaixo (cada data de pagamento da Remuneração, uma "Data de Pagamento de Remuneração"):

Datas de Pagamento de Remuneração das Debêntures	
01.03.2006	01.09.2009
01.09.2006	01.03.2010
01.03.2007	01.09.2010
01.09.2007	01.03.2011
01.03.2008	01.09.2011
01.09.2008	01.03.2012
01.03.2009	01.09.2012

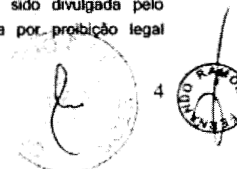
3.8.3. O período de capitalização da Remuneração (o "Período de Capitalização") é, para o primeiro Período de Capitalização, o intervalo de tempo que se inicia na Data de Emissão, inclusive, e termina no dia imediatamente anterior à primeira Data de Pagamento de Remuneração e, para os demais Períodos de Capitalização, o intervalo de tempo que se inicia em uma Data de Pagamento de Remuneração, inclusive, e termina no dia imediatamente anterior à Data de Pagamento de Remuneração subsequente.

3.8.4. Cada Período de Capitalização sucede o anterior sem solução de continuidade, até a Data de Vencimento.

3.8.5. Se, na data de vencimento de quaisquer obrigações pecuniárias da Emissora relativas às Debêntures não houver divulgação da Taxa DI, será aplicada a última Taxa DI divulgada, não sendo devidas quaisquer compensações financeiras entre a Emissora e os titulares de Debêntures quando da divulgação posterior da Taxa DI que seria aplicável. Se a não divulgação da Taxa DI for superior ao prazo de 5 (cinco) dias úteis, aplicar-se-á o disposto nos itens abaixo quanto à definição dos novos parâmetros da Remuneração das Debêntures.

3.8.6. No caso de extinção, ausência de apuração e/ou divulgação por mais de 5 (cinco) dias úteis após a data esperada para sua apuração e/ou divulgação, ou impossibilidade legal de aplicação da Taxa DI às Debêntures, o Agente Fiduciário deverá, no prazo máximo de 20 (vinte) dias contados (i) do primeiro dia em que a Taxa DI não tenha sido divulgada pelo prazo superior a 5 (cinco) dias úteis ou (ii) do primeiro dia em que a Taxa DI não possa ser utilizada por proibição legal

4



ou judicial, convocar a assembleia de titulares de Debêntures ("Assembleia de Debenturistas") para a deliberação, de comum acordo com a Emissora, observada a Decisão Conjunta BCB/CVM nº 13/03 e/ou regulamentação aplicável, do novo parâmetro da Remuneração das Debêntures. O quorum necessário para definição do novo parâmetro de Remuneração das Debêntures deverá ser composto por debenturistas que representem, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) do total das Debêntures em circulação.

3.8.7. Caso não haja acordo sobre o novo parâmetro da Remuneração das Debêntures entre a Emissora e os debenturistas representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) do total das Debêntures em circulação, a Emissora obriga-se a resgatar a totalidade das Debêntures em circulação, com seu conseqüente cancelamento, no prazo de 30 (trinta) dias contados da data da realização da respectiva Assembleia de Debenturistas, pelo valor equivalente ao seu Valor Nominal Unitário, acrescido da Remuneração devida até a data do efetivo resgate, calculada *pro rata temporis*, a partir da Data de Emissão ou da última Data de Pagamento de Remuneração, conforme o caso. Para cálculo da Remuneração aplicável às Debêntures a serem resgatadas, será utilizada a última Taxa DI divulgada oficialmente.

3.9. Preço de Subscrição e Integralização

3.9.1. O preço de subscrição e integralização das Debêntures será o seu Valor Nominal Unitário acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão até a data de integralização, de acordo com o disposto no item 3.8 desta Escritura.

3.9.2. A integralização das Debêntures será à vista, em moeda corrente nacional, de acordo com as normas de liquidação aplicáveis do SDT.

3.10. Local de Pagamento

Os pagamentos a que fazem jus as Debêntures serão efetuados no mesmo dia de seu vencimento utilizando-se os procedimentos adotados pela CETIP, para as Debêntures registradas no SND, administrado pela ANDIMA, ou de acordo com os procedimentos adotados pela CBLC, para as Debêntures registradas no Bovespa Fix, da BOVESPA, ou, ainda, através da instituição responsável pela escrituração das Debêntures para os titulares das Debêntures que não estejam depositadas em custódia vinculada aos sistemas da CETIP e da CBLC.

3.11. Prorrogação dos Prazos

Considerar-se-ão automaticamente prorrogados os prazos para pagamento de qualquer obrigação prevista ou decorrente da presente Escritura, até o primeiro dia útil subseqüente, sem acréscimo de juros ou de qualquer outro encargo moratório aos valores a serem pagos, quando a data de pagamento coincidir com feriado nacional, sábado ou domingo.

3.12. Encargos Moratórios


Ocorrendo atraso imputável à Emissora no pagamento de qualquer quantia devida aos titulares das Debêntures, os débitos em atraso ficarão sujeitos a multa moratória de 2% (dois por cento) e juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, ambos calculados sobre os valores em atraso desde a data de inadimplemento até a data do efetivo pagamento, independentemente de aviso, notificação ou interpeleção judicial ou extrajudicial.

3.13. Mora do Debenturista


Sem prejuízo do disposto no item precedente, o não comparecimento do debenturista para receber o valor correspondente a quaisquer das obrigações pecuniárias da Emissora nas datas previstas nesta Escritura, ou em comunicado publicado pela Emissora, não lhe dará direito ao recebimento de qualquer rendimento, acréscimos ou encargos moratórios no período relativo ao atraso no recebimento.

3.14. Publicidade

Todos os atos e decisões destinados aos debenturistas deverão ser obrigatoriamente comunicados, na forma de avisos, nos jornais Indústria e Comércio, de Curitiba, e no Valor Econômico - Edição Nacional, no boletim oficial da bolsa de valores ou entidade de mercado de balcão organizado em que forem negociadas as Debêntures e através da rede mundial de computadores, devendo a Emissora avisar, antecipadamente, o Agente Fiduciário da realização de qualquer publicação.



5



3.15. Comunicações

As comunicações a serem enviadas por quaisquer das partes nos termos desta Escritura, se feitas por fac-símile ou correio eletrônico serão consideradas recebidas na data de seu envio, desde que seu recebimento seja confirmado através de indicativo (recibo emitido pela máquina utilizada pelo remetente), devendo os respectivos originais ser encaminhados até 5 (cinco) dias úteis após o envio da mensagem; se feitas por correspondência, as comunicações serão consideradas entregues quando recebidas sob protocolo ou com "aviso de recebimento" expedido pelo Correio ou por telegrama, nos endereços constantes da qualificação a seguir:

Para a Emissora:

ALL - AMÉRICA LATINA LOGÍSTICA S.A.
Rua Emílio Bertolini, 100, Vila Oficinas
82920-030 Curitiba, PR
At.: Sr. Sergio Messias Pedreiro
Telefone: (41) 2141-7912
Fac-símile: (41) 2141-7464

Para o Agente Fiduciário:

OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.
Av. das Américas, 500, Bloco 13, Grupo 205
Rio de Janeiro - RJ
At.: Gustavo Dezouart T. Pinto
Telefone: (21) 2493-7003
Fac-símile: (21) 2493-4746

Para as Intervenientes Garantidoras:

ALL - AMÉRICA LATINA LOGÍSTICA DO BRASIL S.A.
Rua Emílio Bertolini, 100, Vila Oficinas
82920-030 Curitiba, PR
At.: Sr. Sergio Messias Pedreiro
Telefone: (41) 2141-7912
Fac-símile: (41) 2141-7484

ALL - AMÉRICA LATINA LOGÍSTICA INTERMODAL S.A.
Rua Emílio Bertolini, 100, Vila Oficinas
82920-030 Curitiba, PR
At.: Sr. Sergio Messias Pedreiro
Telefone: (41) 2141-7912
Fac-símile: (41) 2141-7484

Para a instituição responsável pela escrituração das Debêntures:

BANCO ITAÚ S.A.
Av. Eng. Armando de Arruda Pereira, 77 - 9º andar
São Paulo, SP
At.: Sr. José Nilson Cordeiro
Telefone: (11) 5029-4645

3.16. Limite de Emissão

A Emissão atende aos limites previstos no artigo 60 da Lei nº 6.404/76, considerando que o capital social da Emissora é, nesta data, de R\$675.254.861,25 (seiscentos e setenta e cinco milhões, duzentos e cinquenta e quatro mil, oitocentos e sessenta e um reais e vinte e cinco centavos), e que o valor total das debêntures da segunda, terceira e quarta emissões da Emissora em circulação nesta data totaliza R\$273.000.000,00 (duzentos e setenta e três milhões de reais).



3.17. Repetição

Não haverá repetição das Debêntures.

3.18. Resgate Antecipado Facultativo

Não haverá resgate antecipado facultativo das Debêntures pela Emissora.

3.19. Condição para Realização da Distribuição Pública de Debêntures

3.19.1. Nos termos do artigo 30 da Instrução CVM n.º 400, de 29 de dezembro de 2003 ("Instrução CVM 400/03"), a distribuição pública das Debêntures somente poderá ser concluída mediante distribuição total das Debêntures. Debêntures objeto de eventual Lote Suplementar e/ou Quantidade Adicional não serão consideradas para fins de apuração do valor mínimo de distribuição das Debêntures de que trata esse item.

3.19.2. Na hipótese de não conclusão da Oferta, por qualquer motivo, os investidores que já tiverem subscrito e integralizado Debêntures receberão os montantes já utilizados na integralização de Debêntures no prazo a ser indicado em anúncio ao público, deduzidos dos encargos e tributos devidos, sem qualquer remuneração.

3.19.3. Na hipótese de restituição de quaisquer valores aos investidores, conforme previsto acima, os investidores deverão fornecer recibo de quitação relativo aos valores restituídos, bem como efetuar a devolução dos boletins de subscrição das Debêntures cujos valores tenham sido restituídos.

3.20. Destinação dos Recursos

Os recursos obtidos por meio da Emissão destinar-se-ão ao pagamento do empréstimo concedido nos termos do Contrato de Capital de Giro, celebrado em 05 de setembro de 2005 entre o Coordenador Líder e a Emissora, através do qual o Coordenador Líder concede à Emissora um crédito no montante de R\$200.000.000,00 (duzentos milhões de reais), pelo prazo de 90 dias, com remuneração definida com base na variação da taxa média dos Depósitos Interfinanceiros - DI de um dia, apurada e divulgada pela CETIP, acrescida de *spread* de 1,30% ao ano. Os recursos obtidos pela Emissora mediante o Contrato de Capital de Giro destinam-se a garantir liquidez e manter a estratégia de realização de potenciais aquisições, além de destinar-se ao alongamento do perfil do endividamento da Emissora, da ALL DO BRASIL e da ALL INTERMODAL.

3.21. Imunidade dos Debenturistas

Caso qualquer titular de Debêntures goze de algum tipo de imunidade ou isenção tributária, este deverá encaminhar à CETIP, à CBLC e/ou à instituição depositária das Debêntures, conforme o caso, no prazo mínimo de 10 (dez) dias úteis antes da data prevista para recebimento de pagamentos referentes às Debêntures, documentação comprobatória da referida imunidade ou isenção tributária, sob pena de ter descontados dos seus pagamentos os valores devidos nos termos da legislação tributária em vigor.

CLÁUSULA IV - DA NEGOCIAÇÃO DE DEBÊNTURES PELA EMISSORA E DO VENCIMENTO ANTECIPADO

4.1. Aquisição Facultativa

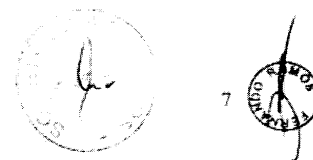
4.1.1. A Emissora poderá, a qualquer tempo, adquirir Debêntures em circulação, por preço não superior ao seu Valor Nominal Unitário acrescido da Remuneração calculada *pro rata temporis*, desde a data da Emissão ou da última Data de Pagamento de Remuneração, conforme o caso, observando o disposto no parágrafo 2º, do artigo 55, da Lei nº 6.404/76.

4.1.2. O Conselho de Administração da Emissora terá poderes para aprovar o cancelamento, a qualquer momento, das Debêntures que se encontrarem em tesouraria.

4.2. Vencimento Antecipado

São considerados eventos de antecipação do vencimento das Debêntures, independentemente de prévio aviso, interpelação ou notificação judicial:

(a) apresentação de proposta de recuperação judicial ou extrajudicial, de autofalência ou decretação de falência, ou, ainda, de qualquer procedimento análogo que venha a ser criado por lei, requerido pela Emissora e/ou por suas empresas controladoras e controladas;



(b) se a Emissora propuser plano de recuperação extrajudicial a qualquer credor ou classe de credores, independentemente de ter sido requerida ou obtida homologação judicial do referido plano; ou se a Emissora ingressar em juízo com requerimento de recuperação judicial, independentemente de deferimento do processamento da recuperação ou de sua concessão pelo juiz competente;

(c) liquidação e dissolução, da Emissora e/ou suas empresas controladoras;

(d) cisão, fusão, incorporação ou qualquer forma de reorganização societária envolvendo a Emissora e/ou suas empresas controladoras, que possam, de qualquer modo, a exclusivo critério da Assembleia de Debenturistas a ser convocada, vir a prejudicar o cumprimento das obrigações decorrentes desta Escritura, conforme o disposto na legislação vigente;

(e) alteração do atual controle acionário da Emissora, direto ou indireto, sem que os titulares das Debêntures previamente reunidos em Assembleia de Debenturistas, especialmente convocada para esse fim, aprovelem referida alteração, observado o quorum de 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em circulação;

(f) falta de pagamento de quaisquer valores devidos aos Debenturistas nas respectivas datas de vencimento, não sanado em 3 (três) dias úteis, contados da respectiva data de vencimento;

(g) protestos legítimos de títulos contra a Emissora ou qualquer de suas empresas controladas que não sejam sanados no prazo de 30 (trinta) dias, contados do recebimento de aviso escrito que lhe for enviado pelo Agente Fiduciário, cujo valor, em conjunto, seja superior a R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais) ou que possam configurar, em face das circunstâncias e a critério do Agente Fiduciário, estado de insolvência da Emissora ou risco de inadimplemento no pagamento das obrigações decorrentes das Debêntures, à exceção do protesto efetuado por erro ou má-fé de terceiro, desde que legalmente comprovado pela Emissora;

(h) pagamento de dividendos, juros sobre capital próprio ou qualquer outra participação no lucro estatutariamente prevista, quando estiver em mora perante os Debenturistas desta Emissão;

(i) falta de cumprimento pela Emissora de qualquer obrigação prevista nesta Escritura, não sanada em 30 (trinta) dias, contados do aviso escrito que lhe for enviado pelo Agente Fiduciário;

(j) falta de pagamento, pela Emissora ou por qualquer de suas empresas controladas, de qualquer dívida financeira de valor unitário igual ou superior a R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais), não sanado em até 15 (quinze) dias contados da respectiva data de vencimento;

(k) vencimento antecipado de qualquer dívida financeira da Emissora, ou de qualquer empresa controlada da Emissora, de valor unitário igual ou superior a R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais);

(l) se as obrigações de pagar da Emissora previstas nesta Escritura deixarem de concorrer, no mínimo, pari passu com as demais dívidas quirografárias da Emissora, ressalvadas as obrigações que gozem de preferência por força de disposição legal;

(m) transferência ou qualquer forma de cessão ou promessa de cessão a terceiros, pela Emissora, das obrigações assumidas nesta Escritura, sem a prévia anuência dos debenturistas reunidos em Assembleia de Debenturistas;

(n) extinção da concessão outorgada pela União Federal à ALL América Latina Logística do Brasil S.A., tendo por objeto a exploração e desenvolvimento do transporte de carga no conjunto ferroviário localizado nos Estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná, em decorrência de encampação, rescisão ou anulação da licitação ou extinção, por qualquer motivo; e/ou extinção das concessões outorgadas pelo governo argentino à América Latina Logística - Central Sociedad Anónima e à América Latina Logística - Mesopotámica S.A. para a administração e exploração de ferrovias na Argentina;

(o) desapropriação, confisco ou qualquer outra medida de qualquer entidade governamental que resulte na perda pela Emissora, ou suas empresas controladas, conforme o caso, da propriedade ou posse direta de mais de 20% (vinte por cento) dos ativos da Emissora ou de suas empresas controladas ou na incapacidade de gestão de seus negócios, desde que tal desapropriação, confisco ou medida afete substancialmente a capacidade de pagamento, pela Emissora de suas obrigações relativas às Debêntures, a critério exclusivo do Agente Fiduciário;

(p) sentença judicial transitada em julgado em face da Emissora ou de suas empresas controladas, que envolva valor unitário ou agregado superior a R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais);

(q) não cumprimento de qualquer decisão judicial transitada em julgado contra a Emissora, que possa, a critério exclusivo do



Agente Fiduciário, causar efeito adverso relevante sobre a Emissora;

(r) ocorrência de qualquer procedimento de seqüestro, arresto ou penhora de ativos da Emissora ou de suas empresas controladas, cujo valor contábil unitário ou agregado seja superior a 35% (trinta e cinco por cento) do patrimônio líquido da Emissora à época, levantado com base na última demonstração financeira publicada, exceto se tal procedimento for suspenso, sobrestado, revertido ou extinto no prazo de até 60 (sessenta) dias contados de seu início;

(s) alteração do objeto social da Emissora, de forma que a Emissora deixe de atuar nos mercados em que atua na data de celebração desta Escritura, ou realização de qualquer negócio não abrangido pelo mencionado objeto;

(t) venda, cessão ou qualquer outro tipo de transferência, pela Emissora e/ou por suas empresas controladas, diretas e indiretas, de bens do ativo permanente (incluindo imobilizado e investimentos) ou de participação em outras sociedades (incluindo direitos de subscrição e títulos ou valores mobiliários conversíveis em participação societária) ou de ativos essenciais à sua atividade cujo valor unitário ou agregado durante os 12 (doze) meses imediatamente anteriores seja igual ou superior a R\$50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais), atualizado anualmente, a partir da data de Emissão, pelo Índice Geral de Preços ao Mercado - IGP-M ("IGP-M"), ou seu contravalor em outras moedas. Caso não haja aplicação integral, no prazo de 30 (trinta) dias da data em que tais recursos se tornaram disponíveis à Emissora e/ou às suas empresas controladas, conforme o caso, dos recursos líquidos da venda, cessão ou transferência no pagamento de dívidas de sua titularidade, excluídas as dívidas entre quaisquer das seguintes sociedades: (i) a Emissora, (ii) quaisquer controladoras ou controladas, diretas ou indiretas, da Emissora, e (iii) quaisquer coligadas da Emissora. Fica excluída do disposto neste item a eventual alienação das ações da Geodex Communications do Brasil S.A. ("Geodex"), de titularidade da Emissora;

(u) caso sejam desrespeitados os seguintes limites financeiros, apurados trimestralmente a cada publicação das demonstrações financeiras consolidadas da Emissora: (a) limite máximo de 2,5 (dois inteiros e cinco décimos) vezes para o índice correspondente à divisão da Dívida Líquida Consolidada pelo EBITDA Consolidado dos últimos 4 (quatro) trimestres; (b) limite mínimo de 1,3 (um inteiro e três décimos) vezes para o índice correspondente à divisão do EBITDA Consolidado dos últimos 4 (quatro) trimestres da Emissora pela sua Despesa Financeira Líquida Consolidada dos últimos 4 (quatro) trimestres da Emissora.

Para os fins desta alínea, entende-se por:

"EBITDA Consolidado": o lucro antes dos impostos, juros, depreciação e amortização, subtraído do valor dos pagamentos efetuados no período por obrigações de concessões e arrendamentos, da Emissora e suas coligadas consolidadas.

"Dívida Líquida Consolidada": soma dos empréstimos, financiamentos, debêntures, encargos financeiros, diferencial a pagar por operações com derivativos, avais e garantias prestadas, menos o saldo em caixa e o diferencial a receber por operações com derivativos, da Empresa e suas coligadas consolidadas.

"Despesa Financeira Líquida Consolidada": Juros acruados, incluindo variações monetárias e cambiais, relativos a financiamentos com instituições financeiras e organismos multilaterais de crédito, inclusive operações de hedge, da Emissora e suas coligadas consolidadas, menos as receitas obtidas em aplicações financeiras;

(v) realização, pela Emissora ou por qualquer de suas empresas controladas, de investimentos, ou permissão, pela Emissora ou por qualquer de suas empresas controladas, que sejam realizados investimentos, caso imediatamente após realizado tal investimento, a Emissora descumpra o índice e limite financeiro a que se refere o item "u" acima

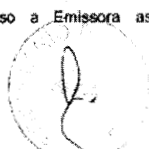

4.2.1. A ocorrência de quaisquer dos eventos indicados nos subitens (a), (b), (c), (f), (g), (h), (k) e (n) do item 4.2. acima acarretará o vencimento antecipado automático das Debêntures, independentemente de aviso ou notificação, judicial ou extrajudicial.

4.2.2. Na ocorrência de qualquer dos demais eventos indicados nos subitens do item 4.2 acima, o vencimento antecipado das Debêntures dependerá de prévia deliberação da Assembléia de Debenturistas, que deverá ser convocada pelo Agente Fiduciário em até 15 (quinze) dias contados da data em que tomar conhecimento do evento.

4.2.3. A Assembléia de Debenturistas a que se refere o item 4.2.2 anterior poderá, por deliberação de 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em circulação, determinar que o Agente Fiduciário não declare o vencimento antecipado das Debêntures.

4.2.4. Em conformidade com o art. 231 e seu § 1º, da Lei nº 6.404/76, a incorporação, fusão ou cisão da Emissora não dependerá de prévia aprovação dos Debenturistas reunidos em Assembléia de Debenturistas, caso a Emissora assegure

9

antes da implementação da incorporação, fusão ou cisão, aos Debenturistas que o desejarem, o resgate das Debêntures de que forem titulares, durante o prazo mínimo de 6 (seis) meses a contar da data de publicação das assembleias relativas à operação.

4.2.5. Em caso de declaração do vencimento antecipado das Debêntures pelo Agente Fiduciário, a Emissora obriga-se a efetuar o pagamento imediato do saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures em circulação, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão ou da Data de Pagamento de Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento, e de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora nos termos desta Escritura, sob pena de, em não o fazendo, ficar obrigada, ainda, ao pagamento dos encargos moratórios.

CLÁUSULA V - DAS OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA EMISSORA E DAS INTERVENIENTES GARANTIDORAS

5.1. A Emissora está adicionalmente obrigada a:

(a) encaminhar ao Agente Fiduciário e à bolsa de valores ou entidade do mercado de balcão organizado em que forem negociadas as Debêntures:

a.1) dentro de no máximo 90 (noventa) dias após o término de cada exercício social, ou na data de sua divulgação, o que ocorrer primeiro, cópia de suas demonstrações financeiras completas relativas ao respectivo exercício, acompanhadas do relatório da administração e do parecer dos auditores independentes;

a.2) cópia das informações periódicas e eventuais exigidas pelas normas da CVM, nos prazos previstos;

a.3) na mesma data de suas publicações, os atos e decisões referidos no item 3.14 retro;

a.4) imediatamente, qualquer informação relevante para a presente Emissão;

a.5) cópia de qualquer correspondência ou notificação judicial ou extrajudicial recebida pela Emissora relacionada a um evento de inadimplemento, imediatamente após o seu recebimento;

a.6) os comprovantes de cumprimento de suas obrigações perante os debenturistas no prazo de até 5 (cinco) dias úteis contados da respectiva data de vencimento;

a.7) informações a respeito da ocorrência de qualquer dos eventos indicados no item 4.2 da Cláusula IV, imediatamente após a sua ocorrência;

a.8) retransmitir, em até 1 (um) dia útil após disponível, pelo sistema de informações periódicas e eventuais da CVM, o Relatório elaborado pelo Agente Fiduciário previsto na alínea "n" do item 6.4 da Cláusula VI;

(b) manter a sua contabilidade atualizada e efetuar os respectivos registros de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil, e dar ao Agente Fiduciário acesso irrestrito: 1) a todo e qualquer relatório do auditor independente entregue à Emissora; e 2) aos livros e aos demais registros contábeis da Emissora, quando deliberado pela Assembleia de Debenturistas;

(c) convocar, nos termos do item 7.1 desta Escritura, Assembleia de Debenturistas, para deliberar sobre qualquer das matérias que, direta ou indiretamente, se relacione com a presente Emissão, caso o Agente Fiduciário não o faça;

(d) cumprir as determinações emanadas da CVM, entregando os documentos solicitados e prestando, ainda, as informações que lhes forem solicitadas;

(e) submeter, na forma da lei, suas demonstrações financeiras a exame de empresa de auditoria independente registrada na CVM;

(f) manter sempre atualizado o seu registro de companhia aberta junto à CVM, nos termos das Instruções CVM aplicáveis, e fornecer aos debenturistas as demonstrações financeiras elaboradas e aprovadas, previstas na Lei 6.404/76, quando solicitado;

(g) estruturar e manter em adequado funcionamento departamento de atendimento aos debenturistas, para assegurar-lhes tratamento eficiente, podendo utilizar, para esse fim, a estrutura e os órgãos destinados ao atendimento de seus acionistas, ou contratar instituições autorizadas a prestar este serviço;

10

(h) não realizar operações fora de seu objeto social, observadas as disposições estatutárias, legais e regulamentares em vigor;

(i) tomar todas as medidas necessárias para:

i.1) preservar todos seus direitos, títulos de propriedade, concessões, licenças (inclusive licenças ambientais) e ativos necessários para continuar conduzindo seus negócios e os negócios de suas subsidiárias dentro do respectivo objeto social;

i.2) manter em boas condições os bens utilizados na condução de seus negócios e na condução dos negócios de suas subsidiárias;

i.3) pagar ou de outra forma quitar, quando devidas, todas as suas obrigações fiscais, trabalhistas, comerciais e outras;

i.4) estender as medidas elencadas nos itens i.1 a i.3 para as sociedades sob seu controle;

(j) notificar o Agente Fiduciário e a bolsa de valores e/ou entidade do mercado de balcão organizado em que forem negociadas as Debêntures sobre qualquer ato ou fato que possa causar interrupção ou suspensão das atividades da Emissora;

(k) manter os seus bens adequadamente segurados, conforme práticas correntes de mercado;

(l) informar imediatamente à bolsa de valores e/ou entidade do mercado de balcão organizado em que forem negociadas as Debêntures, qualquer mudança significativa ou imprecisão das informações que afetem, direta ou indiretamente, as Debêntures;

(m) informar bolsa de valores e/ou entidade do mercado de balcão organizado em que forem negociadas as Debêntures o valor e a data de pagamento de todo e qualquer rendimento referente às Debêntures;

(n) manter contratadas 2 (duas) agências classificadoras de risco para atualização anual do relatório apresentado por ocasião da colocação das Debêntures, até o vencimento das Debêntures, e assegurar que tal relatório será disponibilizado ao mercado ao menos uma vez por ano, conforme referido abaixo;

(o) encaminhar, imediatamente, à CVM, à bolsa de valores ou entidade do mercado de balcão organizado em que forem negociadas as Debêntures, ao Agente Fiduciário e divulgar na página da rede mundial de computadores pertinente, o relatório referido na alínea "n" anterior; e

(p) solicitar a aprovação dos debenturistas para realizar as seguintes operações, de forma direta ou indireta, na Geodex ou qualquer de suas subsidiárias, ou, ainda, em qualquer sociedade que venha a ser constituída com a finalidade de desenvolver atividade diversa da atividade principal da Emissora: (i) contratação de mútuo; (ii) prestação de fiança; (iii) assunção de dívida; ou (iv) realização de investimento.



5.2. As Intervientes Garantidoras obrigam-se a solicitar a aprovação dos debenturistas para realizar as seguintes operações, de forma direta ou indireta, na Geodex ou qualquer de suas subsidiárias, ou, ainda, em qualquer sociedade que venha a ser constituída com a finalidade de desenvolver atividade diversa da atividade principal da Emissora: (i) contratação de mútuo; (ii) prestação de fiança; (iii) assunção de dívida; ou (iv) realização de investimento.

CLÁUSULA VI - DO AGENTE FIDUCIÁRIO

6.1. Nomeação

A Emissora constitui e nomeia Agente Fiduciário dos debenturistas da Emissão objeto desta Escritura, Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., acima qualificado, o qual, neste ato e pela melhor forma de direito, aceita a nomeação para, nos termos da lei e da Escritura, representar perante a Emissora a comunhão dos titulares das Debêntures.

6.1.1. O exercício permanente da função de Agente Fiduciário é privativo de instituição financeira.

6.2. Declaração

O Agente Fiduciário declara:

- (a) não ter qualquer impedimento legal, sob as penas da lei, conforme artigo 66, § 3º, da Lei nº 6.404/76, e demais normas aplicáveis, inclusive regulamentares, para exercer a função que lhe é conferida;
- (b) aceitar a função que lhe é conferida, assumindo integralmente os deveres e atribuições previstos na legislação específica e nesta Escritura;
- (c) aceitar integralmente a Escritura, todas as suas cláusulas e condições; e
- (d) estar ciente da regulamentação aplicável, emanada do Banco Central do Brasil.

A Emissora, por sua vez, declara não ter conhecimento de fato que impeça o Agente Fiduciário de exercer, plenamente, suas funções, nos termos da Lei nº 6.404/76, e demais normas aplicáveis, inclusive regulamentares.

6.3. Substituição

6.3.1. Nas hipóteses de ausência, impedimentos temporários, renúncia, intervenção, liquidação judicial ou extrajudicial, falência, ou qualquer outro caso de vacância, será realizada, dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados do evento que a determinar, Assembleia de Debenturistas para a escolha do novo Agente Fiduciário, a qual poderá ser convocada pelo próprio Agente Fiduciário a ser substituído, pela Emissora, por debenturistas que representem 10% (dez por cento), no mínimo, das Debêntures em circulação, ou pela CVM.

6.3.2. Se a convocação da Assembleia de Debenturistas a que se refere o item 6.3.1 acima não ocorrer em até 15 (quinze) dias antes do término do prazo acima citado, caberá à Emissora efetuar-lá, sendo certo que a CVM poderá nomear substituto provisório enquanto não se consumir o processo de escolha do novo agente fiduciário.

6.3.3. A remuneração do novo agente fiduciário será definida na própria Assembleia de Debenturistas que escolher o novo agente fiduciário, observado o disposto no subitem 6.3.7 adiante.

6.3.4. Na hipótese de não poder o Agente Fiduciário continuar a exercer as suas funções por circunstâncias supervenientes a esta Escritura, deverá comunicar imediatamente o fato aos debenturistas, pedindo sua substituição.

6.3.5. É facultado aos debenturistas, após o encerramento da distribuição das Debêntures no mercado, proceder à substituição do Agente Fiduciário e à indicação de seu substituto, em assembleia especialmente convocada para esse fim.

6.3.6. A substituição, em caráter permanente, do Agente Fiduciário fica sujeita à comunicação prévia à CVM e à sua manifestação acerca do atendimento aos requisitos previstos no artigo 8º da Instrução CVM nº 28, de 23/11/83, e eventuais normas posteriores.

6.3.7. O Agente Fiduciário substituto fará jus à mesma remuneração percebida pelo anterior, caso a Assembleia de Debenturistas não delibere sobre a matéria.

6.3.8. A substituição do Agente Fiduciário deverá ser objeto de Aditamento à Escritura.

6.3.9. O Agente Fiduciário entrará no exercício de suas funções a partir da data da lavratura da Escritura ou de eventual aditamento em que for nomeado como substituto para exercer a função, devendo permanecer no exercício de suas funções até a efetiva substituição ou até a data de vencimento das Debêntures.

6.3.10. Aplicam-se às hipóteses de substituição do Agente Fiduciário as normas e preceitos emanados da CVM.

6.4. Deveres

Além de outros previstos em lei, ou em ato normativo da CVM, e nesta Escritura constituem deveres e atribuições do Agente Fiduciário:

- (a) proteger os direitos e interesses dos debenturistas, aplicando no exercício da função o cuidado e a diligência que toda pessoa ativa e proba costuma empregar na administração de seus próprios negócios;



12



- (b) renunciar à função, na hipótese de superveniência de conflitos de interesse ou de qualquer outra circunstância que lhe impeça o exercício da função;
- (c) conservar em boa guarda toda a escrituração, correspondência e demais papéis relacionados com o exercício de suas funções;
- (d) verificar, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura, diligenciando no sentido de que sejam sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tenha conhecimento;
- (e) promover, nos competentes órgãos, caso a Emissora não o faça, a inscrição desta Escritura e respectivos aditamentos, sanando as lacunas e irregularidades porventura neles existentes;
- (f) acompanhar a observância da periodicidade na prestação das informações obrigatórias, alertando os debenturistas acerca de eventuais omissões ou inconsistências constantes de tais informações;
- (g) emitir parecer sobre a suficiência das informações constantes das propostas de modificações nas condições das Debêntures;
- (h) solicitar, quando julgar necessário para o fiel desempenho de suas funções, certidões atualizadas perante órgãos e entidades públicas e offices de registros públicos;
- (i) solicitar, quando considerar necessário, e desde que permitido pela legislação aplicável, auditoria extraordinária na Emissora;
- (j) convocar, quando necessário, a Assembleia de Debenturistas;
- (k) enviar à CVM e à bolsa de valores ou entidade do mercado de balcão organizado em que forem negociadas as Debêntures, até a data da primeira publicação, cópia do edital de convocação e da proposta a ser submetida à Assembleia Geral de Debenturistas;
- (l) comparecer à Assembleia de Debenturistas a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas;
- (m) enviar à CVM e à bolsa de valores ou entidade do mercado de balcão organizado em que forem negociadas as Debêntures, no mesmo dia da Assembleia de Debenturistas, sumário das deliberações tomadas e, no prazo de 10 (dez) dias, cópia da ata da Assembleia de Debenturistas;
- (n) elaborar relatório destinado aos debenturistas, nos termos do artigo 68, §1º, alínea "b", da Lei nº 6.404/76, o qual deverá conter, ao menos, as seguintes informações:
- n.1) eventual omissão ou inconsistência de que tenha conhecimento, contida nas informações divulgadas pela Emissora, ou, ainda, o inadimplemento ou atraso na prestação obrigatória de informações pela Emissora;
 - n.2) alterações estatutárias ocorridas no período;
 - n.3) comentários sobre as demonstrações financeiras da Emissora enfocando os indicadores econômicos, financeiros e a estrutura de capital da Emissora;
 - n.4) posição da distribuição ou colocação das Debêntures no mercado;
 - n.5) aquisição facultativa e pagamento da Remuneração das Debêntures realizados no período, bem como aquisições e vendas de Debêntures efetuadas pela Emissora;
 - n.6) acompanhamento da destinação dos recursos captados através da Emissão de Debêntures, de acordo com os dados obtidos junto aos administradores da Emissora;
 - n.7) cumprimento de outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura;
 - n.8) declaração sobre sua aptidão para continuar exercendo a função de Agente Fiduciário.



disponibilizar exemplar do relatório de que trata a alínea "n" aos debenturistas no prazo máximo de 4 (quatro) dias, a contar do encerramento do exercício social da Emissora, ao menos nos seguintes locais:

o.1) na sede da Emissora;

o.2) no local indicado pelo Agente Fiduciário;

o.3) na CVM;

o.4) na bolsa de valores ou entidade do mercado de balcão organizado em que forem negociadas as Debêntures;

o.5) na instituição líder da distribuição pública das Debêntures, na hipótese do prazo para a apresentação do relatório vencer antes do encerramento do prazo máximo da distribuição primária das Debêntures.

publicar, nos órgãos da imprensa em que a Emissora deva efetuar suas publicações, anúncio comunicando aos debenturistas que o relatório se encontra a sua disposição nos locais indicados na alínea "n";

manter atualizada a relação dos debenturistas e seus endereços, mediante, inclusive, gestões junto à Emissora, à instituição depositária das Debêntures, à CETIP e à CBLC;

fiscalizar o cumprimento das cláusulas constantes desta Escritura, especialmente daquelas impositivas de obrigações de fazer e de não fazer; e

sem prejuízo do disposto no item 4.2.1, notificar os debenturistas, por edital e individualmente, no prazo máximo de trinta (30) dias, de qualquer inadimplemento, pela Emissora, de obrigações assumidas na presente Escritura, indicando o local onde fornecerá aos interessados maiores esclarecimentos. Comunicação de igual teor deve ser enviada:

s.1) à CVM;

s.2) à bolsa de valores ou entidade do mercado de balcão organizado em que forem negociadas as Debêntures; e

s.3) ao Banco Central do Brasil.

Atribuições Específicas

O Agente Fiduciário utilizará quaisquer procedimentos judiciais ou extrajudiciais contra a Emissora para a proteção e defesa dos interesses da comunhão dos debenturistas e da realização de seus créditos, devendo, em caso de inadimplemento da obrigação, tomar as seguintes providências:

declarar, observadas as condições da Escritura, antecipadamente vencidas as Debêntures e cobrar seu principal e juros;

tomar toda e qualquer providência necessária para a realização dos créditos dos debenturistas;

requerer a falência da Emissora;

representar os debenturistas em processo de falência, recuperação judicial e/ou extrajudicial, intervenção ou liquidação judicial da Emissora.

O Agente Fiduciário somente se eximirá da responsabilidade pela não adoção das medidas contempladas nas alíneas "b" e "c" do caput deste item se, convocada a Assembleia de Debenturistas, esta assim o autorizar por deliberação de 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em circulação, bastando, porém, a deliberação da maioria das Debêntures em circulação quando tal hipótese se referir ao disposto na alínea "d" do caput deste item.

Ramuneração

Será devida ao Agente Fiduciário ou à instituição que vier a substituí-lo nesta qualidade, a título de honorários pelo cumprimento dos deveres e atribuições que lhe competem, nos termos da lei e desta Escritura, uma remuneração que compreenda a elaboração de 1 (um) relatório anual, a ser paga da seguinte forma:



(a) Parcelas anuais de R\$26.000,00 (vinte e seis mil reais) cada, devida a primeira 05 (cinco) dias após a data de liquidação das Debêntures e as demais nos mesmos dias dos anos subsequentes.

(b) Parcela de R\$3.500,00 (três mil e quinhentos reais) para a participação em reunião formal com a Emissora ou Debenturistas. Para a implementação das decisões tomadas nas reuniões ou assembleia, se houver, será devida uma remuneração adicional equivalente a R\$350,00 (trezentos e cinquenta reais) por hora-homem de trabalho dedicado a tais atividades, pagas 5 (cinco) dias após a comprovação da entrega, pelo Agente Fiduciário, de "relatório de horas" da Emissora;

(c) A remuneração será devida mesmo após o vencimento das Debêntures, caso o Agente Fiduciário ainda esteja atuando na cobrança de inadimplências não sanadas pela Emissora (ou das Intervinentes Garantidoras);

(d) As parcelas serão atualizadas anualmente pelo IGP-M a partir da Data de Emissão;

(e) As remunerações não incluem despesas com viagens, estadias e publicações necessárias ao exercício das atribuições do Agente Fiduciário, durante ou após a implantação do serviço;

(f) Em caso de inadimplência da Emissora, todas as despesas com procedimentos legais e administrativas, em que o Agente Fiduciário venha a incorrer para resguardar os interesses dos debenturistas deverão ser previamente aprovadas e adiantadas pelos debenturistas, sem prejuízo da remuneração e despesas reembolsáveis do Agente Fiduciário na hipótese da Emissora atrasá-las por um período superior a 30 (trinta) dias;

(g) Os impostos e contribuições incidentes diretamente sobre os honorários (tais como ISS, IR Retido na Fonte, Cofins, PIS, Cofins, CSSL e outros que venham a incidir serão acrescidos à remuneração proposta às alíquotas vigentes na data dos pagamentos.

CLÁUSULA VII - DA ASSEMBLÉIA DE DEBENTURISTAS

7.1. Convocação

A Assembleia de Debenturistas pode ser convocada pelo Agente Fiduciário, pela Emissora ou por debenturistas que representem 10% (dez por cento), no mínimo, das Debêntures em circulação, ou pela CVM.

7.1.1. A convocação se dará mediante anúncio publicado, pelo menos 3 (três) vezes, nos órgãos de imprensa nos quais a Emissora deve efetuar suas publicações, respeitadas outras regras relacionadas à publicação de anúncio de convocação de assembleias gerais constantes da Lei nº 6.404/76, da regulamentação aplicável e desta Escritura.

7.2. Quorum de Instalação

A Assembleia de Debenturistas se instalará, em primeira convocação, com a presença de debenturistas que representem a metade, no mínimo, das Debêntures em circulação e, em segunda convocação, com qualquer quorum.

7.2.1. Para os efeitos da presente Escritura, considera-se Debêntures em circulação todas as Debêntures subscritas, excluídas aquelas mantidas em tesouraria pela Emissora, as de titularidade de empresas controladas e controladoras da Emissora, bem como as de titularidade dos administradores da Emissora, de suas controladas e controladoras.

7.3. Mesa Diretora

A presidência da Assembleia de Debenturistas caberá ao debenturista eleito pelos titulares das Debêntures ou àquele que for designado pela CVM.

7.4. Quorum de Deliberação

7.4.1. Nas deliberações da Assembleia de Debenturistas, a cada Debênture em circulação caberá um voto, admitida a constituição de mandatário, debenturista ou não. Observado o disposto neste item, as alterações nas características e condições das Debêntures e da Emissão deverão ser aprovadas por debenturistas que representem, pelo menos, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em circulação, observado que alterações (i) na Remuneração e/ou vencimento antecipado e/ou prazo das Debêntures e/ou dispositivos sobre quorum previstos nesta Escritura deverão contar com aprovação de debenturistas representando 100% (cem por cento) das Debêntures em circulação; e (ii) na Fiança prestada às Debêntures, conforme definido na Cláusula X abaixo, deverão contar com aprovação de debenturistas representando 90% (noventa por cento) das Debêntures em circulação.



7.4.2. Sem prejuízo do quorum de 100% (cem por cento) previsto no item 7.4.1 acima, na hipótese de extinção, ausência de apuração e/ou divulgação por mais de 10 (dez) dias consecutivos após a data esperada para sua apuração e/ou divulgação, ou impossibilidade legal de aplicação de índice componente da Remuneração, o quorum necessário para definição da nova remuneração aplicável às Debêntures deverá ser composto por debenturistas que representem, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) do total das Debêntures em circulação.

7.4.3. Para todas as deliberações, a Assembleia de Debenturistas se instalará, em primeira convocação, com a presença de Debenturistas que representem, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) do total das Debêntures em circulação, e, em segunda convocação, com qualquer número.

7.4.4. Ressalvados os casos aqui previstos, a Assembleia de Debenturistas deverá deliberar mediante aprovação por titulares da maioria das Debêntures em circulação que estiverem representadas na Assembleia.

CLÁUSULA VIII - DECLARAÇÕES E GARANTIAS

8.1. Declarações e Garantias do Agente Fiduciário:

O Agente Fiduciário declara e garante à Emissora, na data da assinatura desta Escritura, que:

- (a) está devidamente autorizado a celebrar esta Escritura e a cumprir com suas obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- (b) a celebração desta Escritura e o cumprimento de suas obrigações aqui previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pelo Agente Fiduciário; e
- (c) esta Escritura contém obrigações válidas e vinculantes do Agente Fiduciário, exigíveis de acordo com os seus termos e condições.

8.2. Declarações e Garantias da Emissora e das Intervinentes Garantidoras:

A Emissora e as Intervinentes Garantidoras declaram e garantem ao Agente Fiduciário, na data da assinatura desta Escritura, que:

- (a) estão devidamente autorizadas a celebrar esta Escritura e a cumprir com todas as obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- (b) a celebração desta Escritura e a colocação das Debêntures não infringem qualquer disposição legal, contrato ou instrumento do qual a Emissora e as Intervinentes Garantidoras sejam parte, nem irá resultar em:
 - (i) vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em qualquer desses contratos ou instrumentos;
 - (ii) criação de qualquer ônus ou gravame sobre qualquer ativo ou bem da Emissora e das Intervinentes Garantidoras, exceto por aqueles já existentes na presente data; ou
 - (iii) rescisão de qualquer desses contratos ou instrumentos;
- (c) a celebração desta Escritura e o cumprimento de suas obrigações aqui previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pela Emissora e pelas Intervinentes Garantidoras;
- (d) esta Escritura e as obrigações aqui previstas constituem obrigações da Emissora e das Intervinentes Garantidoras, exigíveis de acordo com os seus termos e condições;
- (e) o Prospecto Preliminar e o Prospecto Definitivo ("Prospectos") da distribuição pública das Debêntures contém e conterão, no mínimo, e observadas as disposições legais e regulamentares pertinentes, todas as informações relevantes em relação à Emissora, nas respectivas datas de cada evento, no contexto da presente Emissão necessárias para que os investidores e seus consultores tenham condições de fazer uma análise correta dos ativos, passivos, das responsabilidades da Emissora, de sua condição financeira, lucros, perdas, perspectivas e direitos em relação às Debêntures, e não contém nem conterão declarações falsas ou omissões de fatos relevantes;

16

(f) as declarações contidas nos Prospectos em relação à Emissora são verdadeiras e não são enganosas, incorretas ou inverídicas;

(g) as opiniões, análises e expectativas expressas nos Prospectos em relação à Emissora foram dadas de boa-fé, sendo expressas após serem consideradas todas as circunstâncias relevantes e com base em suposições razoáveis;

(h) não há fatos relativos à Emissora, nas respectivas datas de cada Prospecto, ou relativos às Debêntures, não divulgados nos Prospectos, cuja omissão, no contexto dessa Emissão, faça com que alguma declaração relevante dos Prospectos seja enganosa, incorreta ou inverídica;

(i) todos os esforços foram feitos pela Emissora para assegurar que as declarações, informações e fatos descritos nos Prospectos em relação à Emissora são verdadeiros;

(j) as demonstrações financeiras da Emissora, relativas ao último exercício social encerrado e ao imediatamente anterior, representam corretamente a posição patrimonial e financeira da Emissora e foram devidamente elaboradas em conformidade com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil;

(k) as informações da Emissora relativas ao último trimestre encerrado ou ao imediatamente anterior, representam corretamente a posição patrimonial e financeira da Emissora e foram devidamente elaboradas em conformidade com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil;

(l) a Emissora e as Intervenientes Garantidoras estão cumprindo as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais, aplicáveis à condução de seus negócios; e

(m) exceto pelas contingências informadas no Prospecto, não há qualquer ação judicial, procedimento administrativo ou arbitral, inquérito ou outro tipo de investigação governamental que possa vir a causar impacto adverso relevante na Emissora, em sua condição financeira ou outras, ou em sua atividade.

CLÁUSULA IX - DA CONDIÇÃO SUSPENSIVA

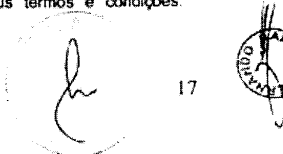
9.1. A celebração da presente Escritura pela Emissora e a prestação da Fiança pelas Intervenientes Garantidoras poderão resultar vencimento antecipado de contratos financeiros celebrados pela Emissora e pelas Intervenientes Garantidoras, com o Unibanco - União dos Bancos Brasileiros S.A., o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social e a BNDES Participações S.A.- BNDESPAR. A Emissão e a prestação da Fiança serão também submetidas à ANTT - Agência Nacional de Transportes Terrestres (em conjunto com o Unibanco, BNDES e BNDESPAR, as "Entidades"). Desta forma, a eficácia da presente Escritura e da Fiança, bem como a efetiva Emissão das Debêntures, estará condicionada à implementação de condição suspensiva, que consiste na obtenção, pela Emissora e pelas Intervenientes Garantidoras, das autorizações necessárias junto às Entidades, devendo ser observados os termos e limites de valores constantes das autorizações.

9.2. Caso a Emissora e/ou as Intervenientes Garantidoras não obtenham as autorizações necessárias para a consumação da presente Escritura, todos os seus termos e condições deverão ser considerados sem quaisquer efeitos, devendo esta Escritura ser considerada rescindida de pleno direito, sem quaisquer obrigações para a Emissora, para as Intervenientes Garantidoras ou para o Agente Fiduciário.

CLÁUSULA X - DA GARANTIA FIDEJUSSÓRIA

10.1. As Debêntures serão garantidas por fiança ("Fiança") prestada pelas Intervenientes Garantidoras, qualificadas no preâmbulo desta Escritura, ALL - América Latina Logística do Brasil S.A. e ALL - América Latina Logística Intermodal S.A., sendo a Fiança constituída automaticamente em caso de obtenção pelas Intervenientes Garantidoras das autorizações de que trata a Cláusula 9, obrigando-se as Intervenientes Garantidoras perante os debenturistas, na qualidade de fiadoras e principais pagadoras de todos os valores devidos pela Emissora nos termos da Escritura, sendo a Fiança prestada em caráter irrevogável e irretroatável para todos os efeitos legais, até o integral cumprimento, pela Emissora, das obrigações pecuniárias descritas nesta Escritura. As Intervenientes Garantidoras renunciam, desde já, aos benefícios previstos nos artigos 366, 827, 829, 834, 835, 837, 838 e 839 do Código Civil Brasileiro. Todos e quaisquer pagamentos realizados por qualquer uma das Intervenientes Garantidoras em relação à Fiança serão efetuados livres e líquidos, sem a dedução de quaisquer tributos, impostos, taxas, contribuições de qualquer natureza, encargos ou retenções, presentes ou futuros, bem como de quaisquer juros, multas ou demais exigibilidades fiscais.

10.2. Cada uma das Intervenientes Garantidoras firma esta Escritura declarando conhecer todos os seus termos e condições.



CLÁUSULA XI - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

11.1. Renúncia

Não se presume a renúncia a qualquer dos direitos decorrentes da presente Escritura. Nenhum atraso, omissão ou liberalidade no exercício de qualquer direito ou faculdade que caiba ao Agente Fiduciário e/ou aos debenturistas em razão de qualquer inadimplemento da Emissora prejudicará o exercício de tal direito ou faculdade, ou será interpretado como constituindo uma renúncia ao mesmo ou concordância com tal inadimplemento, nem constituirá novação ou modificação de quaisquer outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura ou precedente no tocante a qualquer outro inadimplemento ou atraso.

11.2. Lei Aplicável

Esta Escritura é regida pelas Leis da República Federativa do Brasil.



11.3. Foro

Fica eleito o Foro da Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Estando assim, as partes, certas e ajustadas, firmam o presente instrumento, em 4 (quatro) vias de igual teor e forma, juntamente com 2 (duas) testemunhas, que também o assinam.

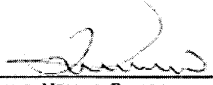
Curitiba, 16 de setembro de 2005.

(assinaturas principiam na folha seguinte)

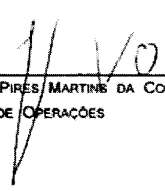
 18 

Folha de assinaturas da "Escritura Particular da 5ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, de Emissão da ALL - América Latina Logística S.A."

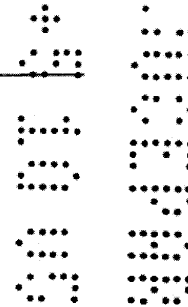
ALL - AMÉRICA LATINA LOGÍSTICA S.A.



NOME: SÉRGIO MESSIAS PEDREIRO
CARGO: DIRETOR FINANCEIRO E DE RELAÇÕES COM
INVESTIDORES



NOME: RAMUNDO PIRES MARTINS DA COSTA
CARGO: DIRETOR DE OPERAÇÕES

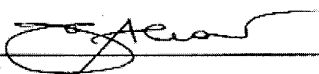


(assinaturas continuam na folha seguinte)

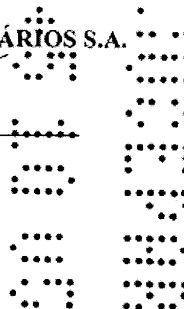


Folha de assinaturas da "Escritura Particular da 5ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, de Emissão da ALL – América Latina Logística S.A."

OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.

NOME: 
 CARGO: **José Alexandre C. de Freitas**
DIRETOR

NOME: _____
 CARGO: _____



(assinaturas continuam na folha seguinte)

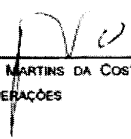


25




Folha de assinaturas da "Escritura Particular da 5ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, de Emissão da ALL - América Latina Logística S.A."

ALL - AMÉRICA LATINA LOGÍSTICA DO BRASIL S.A.

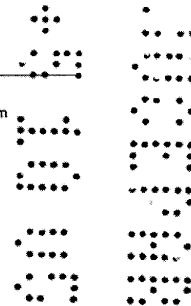


NOME: RAIMUNDO PIRES MARTINS DA COSTA
CARGO: DIRETOR DE OPERAÇÕES



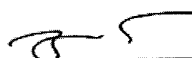
NOME: SÉRGIO MESSIAS PEDREIRO
CARGO: Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

(assinaturas continuam na folha seguinte)



Folha de assinaturas da "Escritura Particular da 5ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, de Emissão da ALL - América Latina Logística S.A."

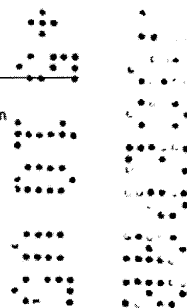
ALL - AMÉRICA LATINA LOGÍSTICA INTERMODAL S.A.



NOME: ALEXANDRE DE JESUS SANTORO
CARGO: DIRETOR GERAL DE LOGÍSTICA



NOME: SÉRGIO MESSIAS PEDREIRO
CARGO: Diretor Financeiro e de Relações com
Investidores

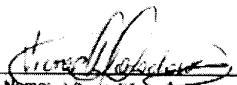


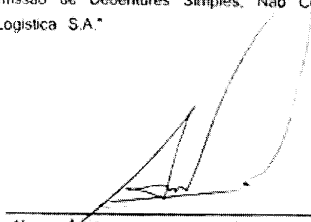
(assinaturas continuam na folha seguinte)



Última folha de assinaturas da "Escritura Particular da 5ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, de Emissão da ALL - América Latina Logística S.A."

Testemunhas:


Nome: ANDERSON HENRIQUE PREHS
RG: 3923 833 2 SSP/PR


Nome: ANDERSON HENRIQUE PREHS
RG: 6133 789-7 PR

